

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

25.05.17 – (quinta-feira)

Auditório do SINDUSCON-BA

Objetivo: Audiência Pública de divulgação/discussão do texto técnico básico da norma regulamentadora que tratará das condições de segurança e saúde dos trabalhadores da limpeza urbana.

Representantes da Fundacentro: Presidente da Fundacentro, Dr. Paulo Arsego, Chefe da Regional Bahia, Cristina Argiles Sanches, assistentes em C&T Marina Maria Rodrigues Guedes, João Luis Martins, Daniel Martins da Silva Júnior.

Presentes: Washington Aparecido dos Santos (Maradona), Gerta Schultz, Superintendente Regional do Trabalho da Bahia, Elton Machado, Coordenador da CGNOR, Abraão Sobral, Representante da SRT na Bahia, Ariovaldo Coadaglio, Representante do SELUR, Dr. Flavio Nunes, Chefe da Fiscalização da SRT na Bahia; representante do Ministério Público do Trabalho; representantes sindicais; empresários; trabalhadores; auditores fiscais; e demais interessados no tema.

Pauta: Audiência Pública para discutir a norma regulamentadora para os Trabalhadores de Limpeza Urbana.

Início: 09:00 h

Término: 13:00 h

Ao iniciar Audiência Pública, o mestre de cerimônias convidou as seguintes autoridades para composição da mesa solene de abertura: Presidente da Fundacentro, o Sr. Paulo Arsego; Sr. Washington Aparecido dos Santos, Coordenador da Bancada dos Trabalhadores na CTPP e Representante da União Geral dos Trabalhadores- UGT; a Superintendente Regional do Trabalho, Sra. Gerta Schultz; o Coordenador da CGNOR, Sr. Elton Machado; Representante do SINDUSCON, Sr. Abraão Sobral e o representante do SELUR, Sr. Ariovaldo Caodaglio.

Após a composição da mesa, houve execução do hino nacional brasileiro, seguida dos discursos de abertura. Primeiramente, Sr. Paulo Arsego iniciou seu discurso agradecendo pelo convite de estar na Bahia discutindo um tema de tão grande relevância para a saúde dos trabalhadores, afirmando que se deve dar devida importância para estes trabalhadores que muitas vezes são ocultos para sociedade e só são notados quando entram em greve porque o lixo não é recolhido. Ressaltou ainda que essa norma vai ser uma das melhores normas regulamentadoras pela forma como ela está sendo conduzida e pela responsabilidade dos envolvidos. Pediu para que os trabalhadores presentes aproveitassem a oportunidade para

falar sobre as suas atividades e dificuldades do dia a dia, desejando em seguida uma excelente manhã e início de tarde de Audiência Pública.

Posteriormente, passou-se a palavra para a Sra. Gerta Schultz, Superintendente Regional do Trabalho, que destacou o papel da Superintendência do Trabalho no dia a dia dos trabalhadores e na construção do debate da norma regulamentadora para os trabalhadores de limpeza urbana, agradeceu por tal evento estar sendo realizado no Nordeste, em especial na Bahia, pois é um local com grande índice de trabalhadores e empresas que prestam serviços na área de Limpeza Pública Urbana. Por fim, a Sra Gerta desejou que o debate fosse bastante produtivo e que dali fosse tiradas ideias para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores da área de Limpeza Urbana.

Em seguida, o Sr. Washington Aparecido dos Santos (Maradona), Coordenador da Bancada dos Trabalhadores na CTPP e Representante Geral da União dos Trabalhadores-UGT, iniciou sua fala afirmando que estamos em um momento importante quando se fala em Audiência Pública principalmente para discutir segurança e saúde do trabalhador porque até um tempo atrás estas normas de segurança e saúde no trabalho eram discutidas apenas nos gabinetes, sem nenhuma participação dos trabalhadores. Segundo ele, graças ao Brasil ter ratificado a convenção 144 da OIT, que apregoa que as discussões sejam feitas de forma tripartite, e ter ido além com a realização da Audiência Pública trazendo o trabalhador para o centro das discussões. Disse que a Comissão Tripartite Paritária Permanente - CTPP vem dando resultados positivos para a sociedade e destacou a importância da interatividade do Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, com objetivo de fortalecer o que temos de mais importante para discutir: Norma de Segurança e Saúde do Trabalho. Falou também que as três últimas Audiências já realizadas foram extremamente positivas com os trabalhadores e a sociedade interagindo e que tinha certeza que a participação dos trabalhadores baianos nesta Audiência Pública seria de fundamental importância para a construção da Norma Regulamentadora.

Após a fala do Sr. Maradona, os senhores Elton Machado, Coordenador da CGNOR; Sr. Abraão Sobral, representante do SINDUSCON e o Sr. Ariovaldo Caodaglio, Representante do SELUR tomaram a palavra fazendo uma saudação aos presentes, destacando a importância da realização dessa Audiência Pública para a vida do Trabalhador da Limpeza Pública Urbana e desejaram uma manhã produtiva de debates.

Desfez-se a mesa de abertura, sendo em seguida montada uma nova mesa pelo mestre de cerimônias, composta pelas seguintes pessoas: Sr. Elton Machado, da CGNOR; Sr. Joelson

Guedes da CGNOR; Sr. José Almeida da CGFIP; Sra. Acassia da SRTE-SE; Sr Flávio Nunes da SRTE-BA e Sra Cristina Sanches do CRBA-BA.

O trabalho começa com a equipe fazendo uma breve apresentação geral da norma devido o fato de quase ninguém conhecer o texto. É pedido para serem colocados em segundo plano as diferenças e afirmações acima do tom de agressividade, propondo um ambiente harmônico para discussão da norma. O presidente da mesa passa a palavra para o Sr. Joelson, Auditor Fiscal do Trabalho; o mesmo se apresenta e disse estar como Chefe do Serviço de Normatização e Registros, ligado ao Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST vinculado à Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT. Diz ainda que a competência legal para discutir a norma regulamentadora é retirada do artigo 155 da CLT e o artigo 200 da CLT que trata dos itens que cabem ao Ministério do Trabalho. Lembra que a CTPP é composta pelo governo, pelos representantes dos empregadores e pelos trabalhadores, se reunindo quatro vezes ao ano e onde são abordados todos os temas que se referem à segurança e saúde no trabalho e onde são definidas as prioridades da comissão.

Informou que a demanda partiu dos trabalhadores e empregadores, e após a definição de prioridades foi formado um grupo de trabalho composto por Auditores Fiscais do Trabalho e Representantes da Fundacentro, bem como pessoas que estão ligadas ao tema nas fiscalizações de diversas regionais. Após a conclusão dos trabalhos no Grupo de Trabalho, passou-se à Consulta Pública, sendo publicado o texto técnico básico no Diário Oficial da União, no fim de janeiro de 2017. Em seguida, o texto vai ser discutido a partir das contribuições colhidas nas Audiências e vai apresentar novamente à CTPP onde tudo se inicia e tudo termina. O texto aprovado pela CTPP vai passar por uma revisão na Secretaria de Inspeção no Trabalho e será publicada, impactando todos os municípios do País. Afirma ainda que a aprovação do texto na norma vai ser feito por comissão tripartite composta por alguns órgãos e categorias de trabalhadores envolvidas tais como Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social, Fundacentro, associação de Empregadores e representantes de mais diversos setores das indústrias, comércio, transporte etc. A coordenação é feita pelo DSST, tendo o Ministério Público do Trabalho como observador.

O Sr. Joelson faz um breve histórico de como foi iniciado o trabalho e falou que esse assunto já havia sido discutido na CTPP, mas oficialmente aprovado em junho de 2015. Disse que, para colher informações sobre o processo de trabalho dos trabalhadores da limpeza urbana, foram realizadas visitas em algumas cidades: em dezembro/2015, em São Paulo; e Brasília, onde visitaram lixões e constataram que a forma de trabalho empregada os deixaram

estarrecidos. A partir daí, convidaram para discussão diversos órgãos e instituições, como Ministério do Meio Ambiente, DENATRAN, faculdades, representantes de trabalhadores e empregadores com intuito de colher informações para construir o texto; na sequência, no final de 2016 o texto foi apresentado aos representantes de empregados e empregadores, e no início de 2017, dado início à consulta pública que foi prorrogada por mais 60 dias encerrando no dia 30 de maio. Ele compara o que foi colocado e apresentado à consulta pública, diz que antes da prorrogação receberam mais de 3.000 contribuições e na 2ª etapa apenas 100 a mais; disse que as contribuições são altamente relevantes para o processo de construção. Em seguida é passada a palavra para o Sr. Almeida, mencionando que há mais de 3.600 empregados nesse setor com base nos dados do Ministério das Cidades (ano de 2014); cita também que o plano nacional de resíduos sólidos de 2010 ainda não saiu do papel dificultando ainda mais a situação dos trabalhadores da área. Citou ainda ocorrência de acidentes e doenças com notificações, análise feita na CGNOR, por Auditores Fiscais do Trabalho que têm experiência em fiscalização e que trabalham com segurança e saúde do trabalhador.

Sr. Almeida apresenta alguns dados estatísticos de acidentes de trabalho e de adoecimentos com ou sem CAT, que os dados não abrangem a todos porque existem trabalhadores sem carteira assinada e aqueles que não fazem a notificação, o que é uma boa parte dos casos, dessa forma a quantidade de acidentes é bem maior do que aparecem nos dados estatísticos. Citou ainda que precisa abordar pontos críticos, que a fiscalização encontrada tem que colocar o que está escrito na NR9 referente a riscos físicos, riscos químicos, biológicos, ergonômicos, riscos de acidente... Com base nisso, observou-se o texto e pensou em fazer essa norma que abrange todos os trabalhadores de limpeza urbana, independente da forma de contratação. Citou também a necessidade de: 1) soluções para que os odores dos resíduos sejam eliminados; 2) programa de prevenção de riscos ambientais, riscos de exposição ergométrica e de acidentes; 3) veículos, máquinas e equipamentos para evitar acidentes (exemplo colocar câmera, iluminação nos carros de coleta etc.); 4) treinamento de 30 dias para que os trabalhadores possam se adaptar a nova forma de coleta; 5) vestimenta de trabalho que deve ser submetida à higienização diária; 6) proibição de coletas de resíduos sólidos em estribos ou caçambas em deslocamento que possam causar acidentes de trabalho.

Ele explicou que este foi o texto desenvolvido de forma técnica, de forma harmônica com as demais normas regulamentadoras e com as técnicas de segurança e saúde do trabalho, e que esses tópicos devem ser discutidos maciçamente para vir atender tanto o trabalhador

como empregador e o governo. Almeida passa a palavra para o presidente da mesa que abre para a plateia dar oitivas de sugestões, críticas, e acréscimos para concluir e dar sequência à construção da norma.

O primeiro a perguntar foi o Sr. Jaziel do Sindicato dos Técnicos em Segurança do Trabalho e membro da UGT Bahia que pontuou criticando a questão do treinamento, dizendo que o item que fala de 30 dias em atividade leve deve ser suprimido e mudado. Expôs também sobre substâncias infectantes nas coletas e as vacinas que as empresas se negam a fornecer aos trabalhadores que estão expostos a esta condição de trabalho. Abordou ainda a questão do tênis que deve ser retirado e tem que ser EPI com CA aprovado pela FUNDACENTRO. Deixou claro ao final da sua fala que a falta de fiscalização é bem engessada e que a classe empresarial tem dificuldade de cumprir as normas, embora reconheça o papel importante que os mesmos têm como provedores de empregos de trabalho.

A Sra. Acassia, membro da mesa, falou que vai anotar tudo para ser discutido e aprimorado para atender a todos. Explicou ainda que a questão ergonômica e a vacinação já são contempladas pelas regras, mas que vão ser aprimorados com as sugestões dessas Audiências Públicas; segundo ela, existe um tipo de calçado modelo tênis que está em fase de teste para proteger os trabalhadores diminuindo os riscos de acidente de trabalho.

A 2ª pergunta foi feita pelo Sr. Gabriel Braz, direcionada ao Sr. Joelson questionando a sua fala no que diz respeito às 3.000 contribuições e agora na segunda etapa às 100 contribuições que chegaram, querendo saber como estavam sendo enviadas as mesmas devido aos problemas no site; que segundo ele não era nada amigável, prejudicando a contribuição do Brasil inteiro. Outro ponto abordado pelo mesmo diz respeito aos dados técnicos, e ele procura saber como pode ter acesso a essas informações, e por fim procura saber dos membros da mesa como está a questão de funcionamento dos estribos. O Sr. Joelson responde que o site passou, após a publicação, por um problema de manutenção, mas que já havia sido sanado e que de acordo com os relatórios que ele recebeu neste período não houve nenhum tipo de prejuízo. Em relação aos estribos, ele disse que existe hoje um vácuo na legislação e que estão trabalhando para tentar preencher e que a motivação dos trabalhadores para ter melhores condições de trabalho e dos empregadores foi em busca de segurança jurídica para saber o que de fato vai ser feito. Segundo o mesmo, o risco dos estribos não se restringe somente aos acidentes físicos, mas também aos químicos, ergométricos, biológicos etc.

Esclarecidas as questões, foi aberto novamente a perguntas; sendo feita desta vez pelo Sr. Marcelo da SIEMARQ ABC Paulista, representante da FEMAC e CONASCO. O mesmo diz

que é coletor de lixo e fala das condições precárias das coletas de lixo nas cidades do Brasil por onde passou. Quanto aos estribos, ele diz que muitos funcionam de forma precária existindo riscos de acidentes iminentes durante as coletas, mas que no seu ponto de vista o estribo termina servindo como apoio para os trabalhadores e que a solução não seria a retirada total e sim colocar uma distância entre o trabalhador e a coleta. Para ele, a retirada do estribo dos caminhões e a manutenção dos coletores nas cabines dos carros propiciaria problemas ergométricos muito mais sérios devido ao fato de estarem sempre subindo e descendo da boleia do caminhão.

A 4ª pergunta foi feita pelo Sr. José Américo engenheiro eletricitista e Engenheiro de Segurança do Trabalho; na sua fala ele afirma possuir estudos em que ruídos estão abaixo do limite de tolerância, as contaminações químicas também estão abaixo dos limites de tolerâncias assim como os biológicos. Dá como exemplo um estudo realizado na cidade de São Paulo onde foi feita a medição de fungos e bactérias e ficou constatado que a população de São Paulo respira pior que os coletores de lixo da cidade. E diz ainda que o estribo está sob controle, que existem mecanismos de controle que monitoram a velocidade, mas que ainda não funcionam muito bem no Brasil.

A 5ª pergunta foi feita pelo Sr. Jaque Sherique, Engenheiro Mecânico e de Segurança do Trabalho, assessor do SELUR, falando que atividade de limpeza urbana não é de extremo risco, e enfatiza que atividade de limpeza não é acidentária e que está exatamente na média das outras atividades desenvolvidas no país, defendendo o estribo enfaticamente e dizendo que o mesmo está dentro das normas.

A 6ª pergunta foi feita pelo Sr. Mario Diniz, Auditor do Trabalho; ele elogia a criação da norma regulamentadora e do grau de domínio dos trabalhadores sob o tema. Faz um protesto dizendo que está decepcionado com as reformas trabalhistas no país dizendo que elas abrem espaços para o desmoronamento de todo um sistema normativo existente e diz que a área de saúde e segurança poderão ser as próximas vítimas, e pede que constem em ata os direitos do trabalho que estão em xeque, registrando o repúdio que o Ministro do Trabalho tem tratado dos temas trabalhistas, tirando o Ministério do Trabalho do garantidor das legislações trabalhistas.

A 7ª pergunta foi feita pela Sra Juliana do Ministério Público do Trabalho; na sua fala ela relata experiências enfrentadas com trabalhadores mutilados e acidentados durante seu período no Tocantins, e que a situação de trabalho não é humana, expondo pessoas a risco e que os números e dados elencados pelos órgãos competentes atendem aos interesses

apenas de quem quer expor, e não de fato a realidade que se vê entre os trabalhadores que exercem atividades de limpeza urbana.

A 8ª pergunta foi feita pelo Sr. Carlos Alberto, funcionário da LIMPURB e diretor do SINDLIMP Bahia. O mesmo fala das coletas que ainda são feitas em caçambas precárias em algumas cidades do interior, em especial nas ilhas, colocando os trabalhadores em situação de risco, diz ainda que os estribos tem que ser adaptados, pois durante os anos de trabalho já vivenciou acidentes com amputações de colegas, sem contar com os carros velhos que tornam o trabalho mais difícil e mais insalubre.

A 9ª pergunta foi feita pelo Sr Ariovaldo, falando do plano de gestão integrada de resíduos sólidos dos Municípios que tinham que aprovar até 2012 e não o fizeram, alegando que a não feitura impediria o aporte de recursos do governo federal e que apenas 1.300 Municípios no Brasil possuem plano de gestão e que sem o mesmo não há como falar no município a respeito de limpeza urbana.

A 10ª pergunta foi feita por Gerusa, Gerente Comercial e Fonodíologa de uma clínica em Feira de Santana, que na sua fala cita um exemplo de uma política adotada onde trabalhou, na qual atendeu um grupo de trabalhadores de limpeza pública e aplicou NR32, NR6, NR12, NR11 e conseguiram montar um bom plano de ação para saúde do colaborador e práticas e ações de prevenção.

A 11ª pergunta foi da Sra Ana que faz um resgate da dimensão humana em que vivem estes trabalhadores; ela fala das péssimas condições de trabalho aos quais são submetidos e do olhar preconceituoso que uma grande parcela da população tem para com essas pessoas.

A 12ª pergunta foi feita pelo Sr David do SINDILIMP – BA; na sua fala ele traz a questão da juventude e da negritude, abordando o tratado internacional e a precarização da mão de obra, fala ainda dos prejuízos da terceirização e dos riscos ergonômicos dos trabalhadores, e que os empresários não permitem que os mesmos parem durante 15 minutos para exercer qualquer tipo de atividade física que seja salutar para os trabalhadores.

Em seguida, o presidente da mesa agradece a contribuição dos presentes na Audiência Pública e salienta a grande participação e coleta de informações na Audiência Pública da Bahia, e finaliza passando a palavra aos demais componentes da mesa para as considerações finais:

Passa palavra à Sra. Cristina Sanches, que agradece a contribuição de todos os ângulos dessa problemática e deseja que a norma seja construída em benefício de todos.

O Sr. Joelson reforça o agradecimento de todos, diz que a escolha de Salvador representando o Nordeste não foi em vão e que se observou a representatividade dos

trabalhadores e empresas na cidade para sua escolha, e diz que os itens que estão na norma foram fruto de discussão ferrenha dentro do grupo.

A Sra Acássia agradece a oportunidade e pede que procure a Superintendência e supervisores para maiores contribuições caso venham a existir, e que o Auditor está sempre junto com o Trabalhador.

O Sr. José Almeida que é Auditor fala que os dados que trazem não representam a totalidade da realidade, que ali estão parte da limpeza urbana e que determinados acidentes e doenças do trabalho não são registrados, e por esse motivo não se pode falar como um todo.

O Sr. Flávio Nunes da Superintendência Regional do Trabalho da Bahia agradece a oportunidade de promover a Audiência e agradece ao SINDUSCON que cedeu o espaço para que a mesma pudesse acontecer. Citou que a norma alcançará um texto adequado, e que esta norma vai se aproximar do mundo desejado.

Por fim, o presidente da mesa agradece o SINDUSCON, a FUNDACENTRO, a Superintendência do Trabalho da Bahia, os Auditores e Trabalhadores. Encerra-se a Audiência lembrando que todas as contribuições apresentadas nessa data constarão na ata de audiência Pública, que será disponibilizada a todos os interessados nos seguintes endereços eletrônicos: www.fundacentro.gov.br e www.trabalho.gov.br.